

Medeiros defende mais negociações com todos os grupos

RECIFE — O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, informou ontem que o movimento sindical continuará negociando com os diversos grupos que se organizaram na Constituinte, para aprimorar o texto da futura Carta, na parte relativa às questões da estabilidade e dos aposentados.

Segundo Luiz Antônio Medeiros, as negociações estão tendo bom andamento, apesar de achar que houve retrocesso na questão da retroatividade. Os sindicalistas não aceitam a indenização proporcional ao tempo de serviço, se não houver retroatividade, com o que não concordam os integrantes do Centrão.

— Mas a negociação persiste e vai depender da força do movimento sindical e da nossa capacidade de articulação — disse.

Outro ponto de difícil negociação, para Medeiros, é o que se refere aos aposentados. Ele acha que a proposta apresentada pelo Centrão — cálculo da média dos salários pagos nos últimos 12 meses antes da aposentadoria — é razoável, "mas só para o futuro".

— Temos que arranjar uma fórmula que contemple também os atuais aposentados, pois, se não houver isso, não haverá avanço — disse.

A sugestão do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo é no sentido de que seja inserido nas disposições transitórias um artigo que assegure

a equiparação dos salários dos atuais aposentados ao pessoal da ativa.

Medeiros esteve em Recife para abrir, ontem à tarde, um seminário sobre sindicalismo promovido pela CGT. À noite, ele participou de um debate realizado no Sindicato dos Bancários.

Em São Bernardo do Campo (SP), a Associação dos Metalúrgicos Aposentados de São Bernardo do Campo e Diadema inaugurou ontem um placar na frente da sede da entidade, com o nome de 25 constituintes que os aposentados consideram traidores por terem votado contra os interesses dos trabalhadores inativos.

A maioria é do PMDB e da lista fazem parte o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães e o ex-Prefeito de São Bernardo do Campo, Tito Costa.

Os demais constituintes incluídos são: Guilherme Afif Domingos (PL), Ademir de Barros Filho (PTB), Antônio Delfim Neto (PDS), Antônio Carlos Mendes (PFL), Afron Sandoval, Agripino de Oliveira, Caio Pompeu de Toledo, Roberto Cardoso Alves (PMDB), Cunha Bueno (PDS), Del Bosco Amaral (PMDB), Farabullini Júnior (PTB), Francisco Amaral (PMDB), Gastone Righi (PTB), João Rezek (PMDB), José Egreja (PTB), Jaime Pallarina (PTB), Manoel Moreira (PMDB), Maluf (PFL), Paulo Zarzur, Samir Acha, Solon Borges e Teodoro Mendes (PMDB).

Destakes de Covas têm 196 assinaturas

BRASÍLIA — O Líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas (SP), já tem sua tática para enfrentar o Centrão: com 196 assinaturas colhidas, para apresentar 100 destakes para votação em separado, ele forçará os integrantes do Centrão a permanecer em Brasília durante todo o tempo de atividade do plenário da Constituinte. Caso contrário, os artigos destacados pelo Centrão serão excluídos do texto constitucional. O mesmo vale para o grupo de Covas.

Entre hoje e amanhã, o Líder e os Vice-Líderes do PMDB estudarão os temas prioritários a serem destacados, porque o prazo para apresentação de destakes vai até o domingo.

As assinaturas foram colhidas em branco. Este número é representativo porque identifica o total de peemedebistas que seguem a liderança de Covas. É a maioria dentro do Partido, mas muito abaixo dos 280 votos

necessários no Plenário. Somados aos 26 votos do PDT, 16 do PT, cinco do PC do B, três do PCB, três do PSB e mais 20 dos "modernos" do PFL, o número poderia crescer para 289 votos.

Os partidos de esquerda já tinham descoberto esta tática agora adotada pelo PMDB, mas tiveram dificuldades no momento da coleta das 187 assinaturas por destaque. Foi justamente para facilitar a apresentação destes destakes que o PT e o PDT exigiram a redução para 56 assinaturas, durante as negociações para a alteração do Regimento Interno.

Depois de aprovarem os seus substitutivos integrais por capítulos, ressaltados os destakes, os integrantes do Centrão terão que aprovar — com 280 votos — um a um dos artigos, parágrafos ou incisos destacados, o que exigirá a permanência de todo o grupo em Brasília.

Ecil volta a coordenar no Norte Fluminense

Após quase oito meses de uma espécie de recolhimento a que se impôs por discordar dos rumos iniciais da administração estadual, o empresário Ecil Batista retornou nesta semana a coordenação política do Governo do Estado no Norte Fluminense.

A decisão decorreu de um apelo do Governador Moreira Franco para que ele abandonasse a posição de isolamento e voltasse a dar sua contribuição à máquina administrativa estadual e à atual combatida estrutura do PMDB na região.

Moreira ofereceu-lhe os instrumentos necessários — até mesmo a criação de uma Secretaria Extraordinária para o Norte Fluminense — à recuperação da imagem do Governo do Estado, desgastada com a decisão de sediar o pólo petroquímico em Itaguaí e não em Campos.

Aliado político de Moreira Franco há cerca de 20 anos, Ecil Batista ainda não respondeu formalmente ao convite, mas já arregaçou as mangas para tentar reverter o quadro no Norte Fluminense: o sucesso da reunião do programa Progredir, realizada ontem no Palácio da Cultura de Campos, com participação de seis secretários estaduais, pode ser creditado, em parte, ao seu trabalho junto a associações e sindicatos campistas.

Deputados já pensam na Carta estadual

A Comissão Interpartidária Pró-Constituinte da Assembleia Legislativa acertou ontem que, para iniciar a reforma da Constituição do Estado do Rio, elegerá uma Mesa apenas para os trabalhos constituintes e criará comissões temáticas e uma comissão de sistematização. Pelo substitutivo do Deputado Bernardo Cabral, as assembleias legislativas deverão, logo após a promulgação da nova Constituição do Brasil, iniciar a reforma das constituições estaduais num prazo máximo de seis meses. A partir de 1º de janeiro de 1989, será a vez de os municípios começarem a reforma de suas Leis Orgânicas.

O Presidente da Comissão, Deputado Elmiro Coutinho, explicou que o objetivo do órgão não é elaborar um anteprojeto de Constituição estadual, mas discutir as condições gerais e regimentais em que a Assembleia Legislativa será transformada em Assembleia Estadual Constituinte. Uma das idéias debatidas pelos Deputados é a do funcionamento do Poder Legislativo pela manhã, seguido pela Constituinte Estadual, na parte da tarde. Tudo isso, no entanto, está condicionado ao fim dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

A reunião de ontem foi a décima-quarta realizada desde a instalação da Comissão, em abril.